

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Agosto de 2022

SUMÁRIO

RESUMO	1
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	2
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO	8
ANÁLISE NAS CIDADES	9
METODOLOGIA.....	13

RESUMO

A pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Estado de Santa Catarina (PEIC) segue mostrando elevação das famílias endividadadas, trajetória que é mantida pelo nono mês consecutivo, o maior movimento de alta já constatado na série histórica da pesquisa.

No mês de agosto, a taxa de endividamento no Estado avançou 2,4 p.p. na passagem do mês, atingindo 52,0%. Esse cenário é oposto ao que ocorreu durante quase todo o período da pandemia (2020 e 2021), onde as famílias catarinenses reduziram o nível de endividamento a mínimas históricas. Além disso, o índice deste mês superou pela primeira vez o maior nível desde o início da pandemia no Estado, considerado em fevereiro de 2020.

No âmbito da inadimplência, a taxa ficou em 12,1%, resultado superior aos anos de 2020 e 2021 na comparação de igual período, mas menor que os anos anteriores em relação ao mesmo mês. Importante notar que há crescimento pelo terceiro mês seguido da inadimplência no Estado. Não é possível inferir uma tendência de crescimento na inadimplência, conforme ocorre no endividamento das famílias, principalmente, pelo desempenho oposto das famílias que não terão condições de pagar as dívidas. Desta forma, as famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso alcançaram no mês o quinto menor valor da série histórica, ao situar-se em 2,2%.

A percepção de endividamento indica certo equilíbrio e controle do orçamento familiar, já que o grupo de famílias “muito endividadadas” segue inferior aos patamares pré-crise, apesar de crescer na passagem do mês. Ainda, o comprometimento da renda da dívida mantém trajetória de redução pelo quarto mês seguido. Embora o desempenho seja de queda, o índice segue em patamar elevado ao alcançar o maior resultado do mês na comparação com os anos anteriores.

Quanto ao tempo de pagamento em atraso, a média foi de 48,9 dias, alta de 2,7 dias frente ao mês anterior. Com esse resultado o índice reverteu o cenário de mínima histórica que tinha alcançado no mês de junho, entretanto, o tempo médio permanece sendo o menor valor na comparação com iguais meses dos anos anteriores e o quinto menor da série histórica da pesquisa.

Endividamento atinge o maior valor desde o início da crise da pandemia e renova a maior trajetória de crescimento em agosto

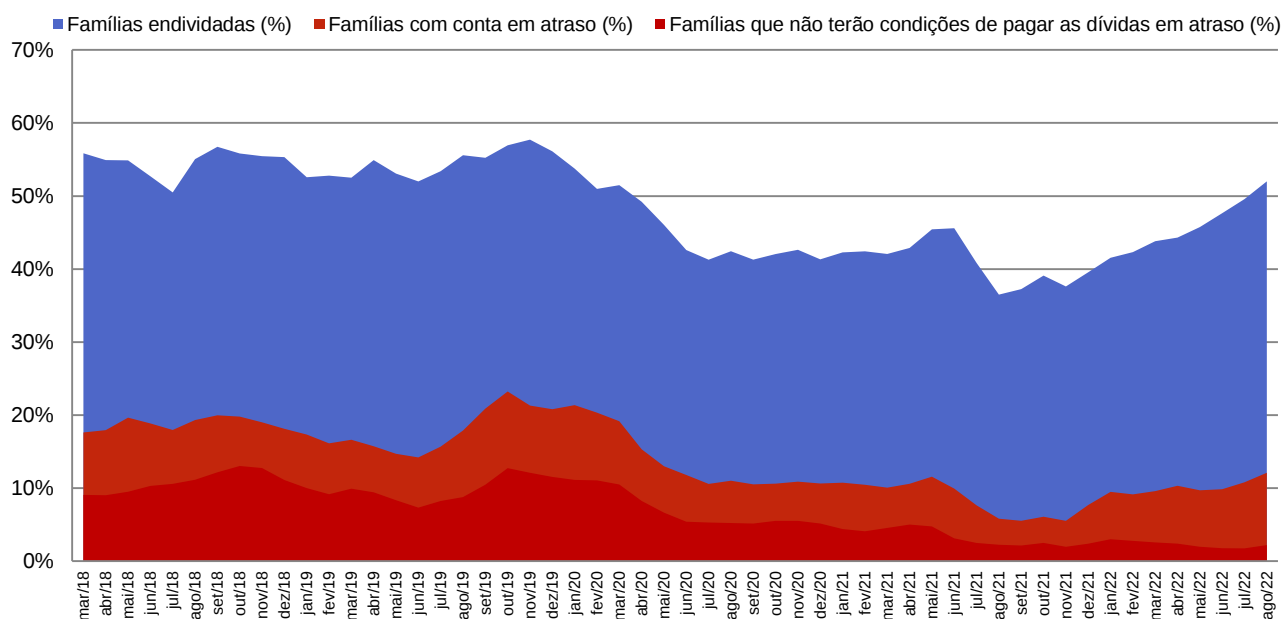
Situação da família	Meses						
	ago/18	ago/19	fev/20	ago/20	ago/21	jul/22	ago/22
Total de endividadadas	55,1%	55,6%	51,0%	42,4%	36,5%	49,6%	52,0%
Dívidas ou contas em atraso	19,3%	17,9%	20,3%	11,0%	5,8%	10,8%	12,1%
Não terão condições de pagar	11,1%	8,8%	11,1%	5,2%	2,2%	1,8%	2,2%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

Em agosto de 2022 as famílias endividadadas avançaram pelo nono mês consecutivo no Estado, renovando a maior trajetória de crescimento da série histórica, iniciada em janeiro de 2013. Ainda, o movimento acelerou, ao crescer 2,4 pontos percentuais (p.p.), após alta de 1,9 p.p. no mês anterior. Assim, 52,0% das famílias catarinenses estavam endividadadas em agosto. Com o resultado, o valor superou pela primeira vez o maior nível desde o início da pandemia no Estado, considerado em fevereiro de 2020.

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, houve elevação de 15,7 p.p. Naquele momento, a taxa tinha alcançado o menor valor da série histórica (36,5%). Já, o resultado segue inferior na comparação com igual mês de 2019 e 2018 em 3,6 p.p. e 5,5 p.p., respectivamente.

Síntese dos resultados desde 2018



Apesar da elevação, o endividamento ficou abaixo das máximas já registradas na série histórica entre 2015 e 2017, quando chegou a alcançar valores acima de 60% em alguns períodos. Outro ponto de destaque está relacionado à mudança de panorama das famílias endividadas. Entre 2020 e 2021, devido à cautela e à insegurança em relação ao cenário futuro, as famílias catarinenses reduziram o nível de endividamento a mínimas históricas. Por isso, o efeito precaução adotado pelas famílias, que por consequência, diminuiu o consumo de bens e serviços, reduziu a taxa média de endividamento anual para 45,42% e 40,96%, respectivamente, valores nitidamente menores que os períodos anteriores - 53,03% (2013); 55,23% (2014); 57,74 (2015); 58,37% (2016); 58,65% (2017); 55,17% (2018); 54,40% (2019).

Em relação às faixas de renda o comportamento é distinto quanto ao patamar e na trajetória de endividados. A taxa de endividamento para as famílias com até 10 salários mínimos (SM) cresceu pelo nono mês seguido, passando de 53,6% para 56,6% em julho, alta de 3,0 p.p. Já as famílias com renda acima de 10 SM, apresentaram redução pelo segundo mês sucessivo, ao diminuir 0,1 p.p, saindo de 37,9% para 37,8%. Observa-se que as famílias com menor renda têm patamar de endividamento maior e movimento de elevação mais consistente que o grupo de maior renda.

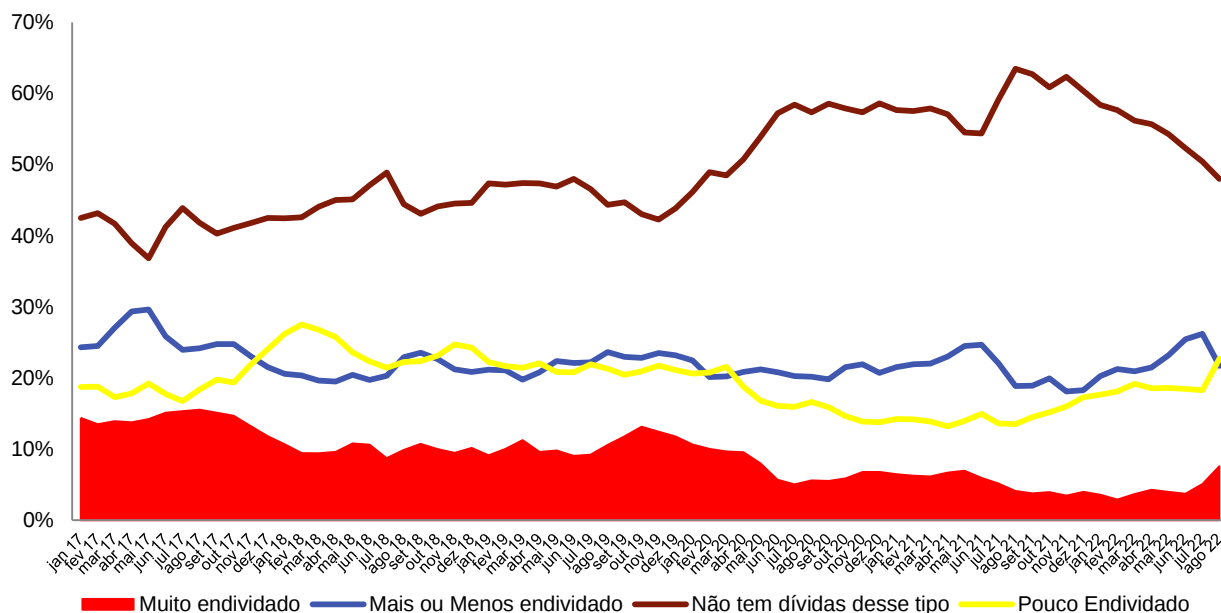
No âmbito da inadimplência, a trajetória de crescimento é menor que a taxa de endividamento e alcança o terceiro mês seguido, ao crescer 1,3 p.p. frente ao mês anterior. Em agosto, a inadimplência das famílias catarinenses ficou em 12,1%, resultado superior aos anos de 2020 e 2021 na comparação de igual período, mas menor que os anos anteriores em relação ao mesmo mês. Além disso, o valor segue inferior ao período pré-pandemia em 8,2 p.p.

O resultado é similar para os grupos de renda, apesar das famílias com renda maior terem menor índice (8,6%), enquanto que para a renda menor a taxa é de 12,7%, sendo que no mês, ambos os grupos apresentaram crescimento diante do mês anterior, alta de 0,9 p.p. e 1,3 p.p., respectivamente.

Com o resultado não é possível inferir uma tendência de crescimento na inadimplência, principalmente, pelo desempenho oposto das famílias que não terão condições de pagar as dívidas, que estava em movimento de queda por seis meses seguidos, mas voltou a crescer 0,5 p.p. em agosto. Entretanto, a elevação deste mês para famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso não modificou o cenário do índice, que segue com valores em mínimas históricas da série, ao situar-se em 2,2%, quinto menor valor desde janeiro de 2013.

A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. O grupo de famílias que apontam estar “muito endividadas” cresceu pelo segundo mês consecutivo, alta de 2,5 p.p. na passagem do mês.

Percepção do nível de endividamento

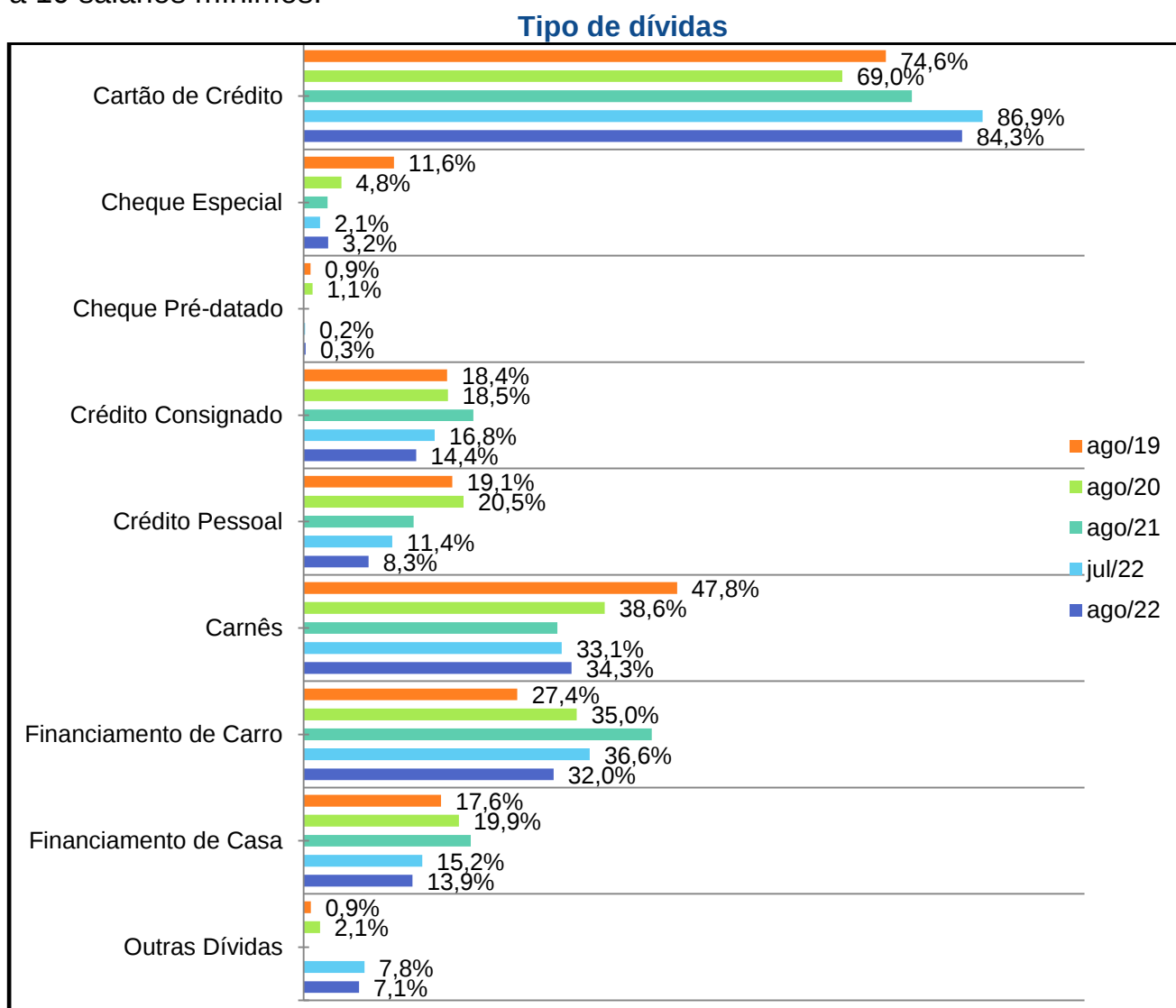


No mês, o grupo de famílias “muito endividadas” foi de 7,6% dentre os endividadados. Embora o movimento seja de crescimento, o resultado é inferior aos períodos antes da pandemia, quando o índice estava em 15,5% em 2017; 10,6% em 2018 e 9,9% em 2019 para igual mês. Por isso, apesar da elevação na quantidade de famílias endividadadas, o grau de endividamento não é elevado, assim, diminuindo o risco de inadimplência.

Percepção do nível de endividamento						
Categoria	ago/19	fev/20	ago/20	ago/21	jul/22	ago/22
Muito endividado	10,6%	10,0%	5,6%	4,1%	5,1%	7,6%
Mais ou menos endividado	23,7%	20,1%	20,2%	18,9%	26,2%	21,7%
Pouco endividado	21,3%	20,8%	16,6%	13,5%	18,3%	22,7%
Não tem dívidas desse tipo	44,4%	48,9%	57,4%	63,5%	50,4%	48,0%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%

Ainda, o grupo de famílias “pouco endividada”, cresceu frente ao mês anterior, ao atingir 22,7%, resultado superior aos anos de 2020 e 2021 na comparação de igual período, inclusive, o valor é maior que o período pré-crise da pandemia. Por outro lado, a quantidade de respostas para o grupo “mais ou menos endividadas” cessou a trajetória de crescimento que era mantida por quatro meses seguidos, ao cair 4,5 p.p., saindo de 26,2% para 21,7%.

Dentre os tipos de dívidas dos catarinenses, observa-se que a modalidade do cartão de crédito permanece sendo a principal, atingindo 86,9% dos endividados. Entretanto, nota-se redução desde quando atingiu o pico da série histórica em maio deste ano (90,4%). No mês, houve queda 2,6 p.p. diante de julho, mas o resultado segue em níveis elevados na comparação com os anos anteriores na comparação com igual período. A tendência do maior uso do cartão de crédito foi acelerada em 2020 e 2021, onde a média alcançou 71,8% e 77,18%, respectivamente, resultado que é superior aos períodos anteriores - (48,8%-2013; 58,95%-2018; 66,9%-2019; 2020-71,8%; 2021-77,18%). Ao comparar o grupo de renda, o cartão de crédito também é o principal tipo de dívida. As faixas de renda apresentam comportamentos semelhantes e também estão em valores elevados em relação a série histórica, ao alcançarem 84,0% para as famílias com renda até 10 salários mínimos e 85,3% para renda superior a 10 salários mínimos.



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

Ainda, observa-se que ganha espaço em 2022 as dívidas na modalidade de carnês, ao crescer 4,7 p.p. desde o início do ano, passando de 29,54% em janeiro para 34,32% em agosto. Ainda, com o resultado do mês de agosto a modalidade passou a ser a segunda mais citada pelos entrevistados, superando o financiamento de carros. Por outro lado, durante esse mesmo período há redução nas modalidades do crédito consignado e crédito pessoal, que são modalidades com juros mais elevados.

O crédito pessoal iniciou o ano sendo apontado por 26,69% das dívidas, mas em agosto representou 8,33%, queda de 18,36 p.p. O crédito consignado apresentou resultados semelhantes, passando de 27,96% (janeiro/22) para 14,42% em agosto.

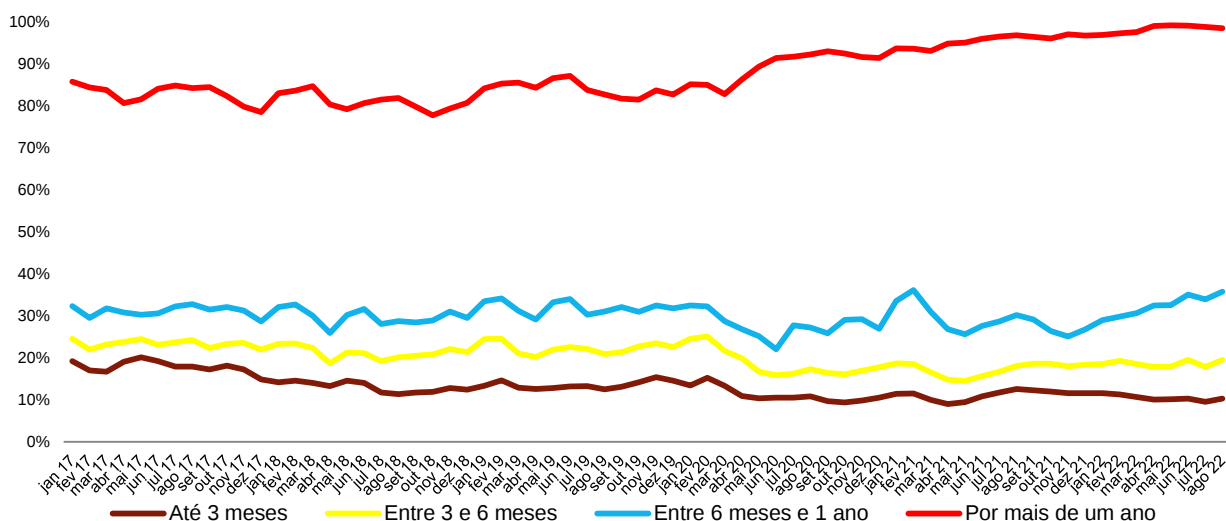
O financiamento de carro passou a ser a terceira dívida mais citada pelos entrevistados, ao atingir 32,0% dos endividados, mas também apresenta movimento de queda, ao reduzir 4,6 p.p. na passagem do mês. Já o financiamento de casas caiu 1,3 p.p. diante do mês anterior, e alcançou 13,9% dos entrevistados com dívidas. Os juros elevados encarecem a compra desses bens duráveis que são de alto valor, por isso, as famílias tendem a reduzir essas compras. Além disso, ambas as modalidades estão abaixo dos valores apresentados em janeiro de 2022, quando atingiram 36,56% e 17,73%, respectivamente.

O tempo de comprometimento com dívida permanece acima dos patamares do pré-crise (Jan/20 foi de 9,1 e Fev./20 foi de 9,0), ao situar-se 9,7 meses em agosto de 2022, mas reduziu em -0,2 meses frente ao mês anterior. Portanto, a crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	jul/22			ago/22		
	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %
até 3 meses	9,5%	8,4%	16,9%	10,3%	8,6%	19,1%
entre 3 e 6 meses	8,4%	7,3%	10,9%	9,2%	8,4%	10,9%
entre 6 meses e 1 ano	16,1%	16,0%	15,5%	16,2%	15,5%	17,7%
por mais de um ano	64,8%	66,7%	56,3%	62,7%	65,5%	51,8%
Não sabe / Não respondeu	1,3%	1,6%	0,5%	1,6%	2,0%	0,5%
Tempo médio em meses	9,9	10,1	8,9	9,7	10,0	8,6

O comprometimento acima de 1 ano, após cessar movimento de queda que permanecia por seis meses seguidos em julho, voltou a reduzir 2,1 p.p. diante do mês anterior. Em novembro do ano passado o índice atingiu o maior nível da série histórica (71,9%), mas houve redução desde esse momento. Assim, em agosto, esse grupo atingiu 62,7% dos entrevistados e permanece superior à média dos anos anteriores (2018 – 51,23%; 2019 – 52,06%; 2020 – 61,53%; 2021- 66,52%).

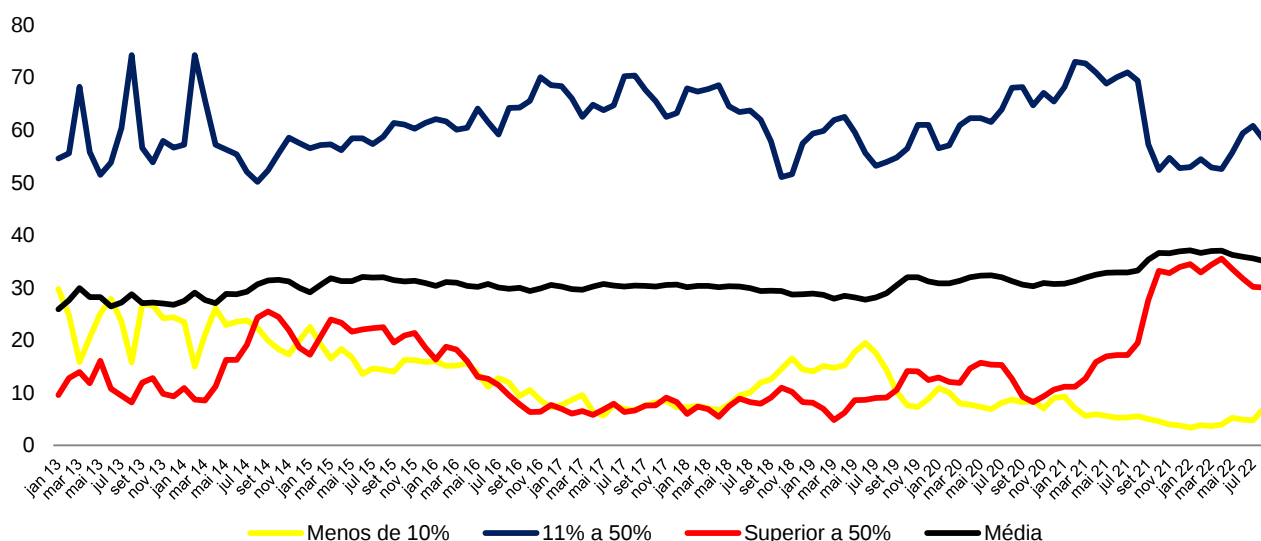
Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)



Já o agrupamento de até 3 meses para o tempo de comprometimento com dívida ampliou em 0,9 p.p. ao atingir 10,3% dos endividados. Ainda, ganha espaço o grupo entre 6 meses e 1 ano ao representar 16,2% dos entrevistados, décima alta seguida. O resultado consolida esse intervalo como o segundo grupo dos entrevistados com maior tempo de comprometimento com dívidas.

O comprometimento da renda da dívida mantém trajetória de redução, ao cair 0,4 p.p. na passagem do mês, quarta queda consecutiva. Assim, a parcela da renda comprometida com dívida saltou de 35,7% para 35,1%. Embora o desempenho seja de queda, o índice segue em patamar elevado ao alcançar o maior resultado do mês na comparação com os anos anteriores. Reforça a preocupação, a comparação com igual período do ano anterior, onde houve alta de 1,8 p.p. naquele momento o índice era de 33,3%.

Parcela de Renda comprometida com dívida (%)



Além disso, o comprometimento de renda acima de 50% segue em níveis elevados, embora apresente trajetória de redução durante os últimos quatro meses, inclusive, reduzindo 0,1 p.p. na passagem do mês, alcançando 30,1% dos entrevistados. Esse é o maior resultado na comparação com igual período dos anos anteriores e supera de maneira muito intensa as médias dos anos anteriores (2021 foi de 20,80%; 2020 foi de 12,3%; 2019 foram de 9,41%; 2018 foram de 8,06%), portanto é um sinal de alerta que pode resultar em ampliação da inadimplência. Por fim, 58,20% dos entrevistados indicaram que o comprometimento da renda está na faixa de 11% até 50% da renda, queda de 2,6p.p. na diante de julho.

ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, encerrou o mês de agosto de 2022 acelerando a trajetória de crescimento, ao avançar 1,3 p.p. na passagem do mês, depois de alta de 1,0 p.p. Desta forma, 12,1% das famílias endividadadas encontram-se inadimplentes. Na comparação com igual período do ano anterior, há elevação de 6,3 p.p., enquanto, em relação ao período pré-pandemia, o resultado do mês segue inferior a 5,8 p.p. diante de agosto de 2019 e 8,5 p.p. frente a 2018.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	jul/22			ago/22		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
sim, totalmente	50,1%	45,9%	61,2%	40,1%	37,9%	45,6%
sim, em parte	33,4%	34,8%	30,1%	40,7%	40,9%	40,4%
não terá condições de pagar	16,2%	19,1%	8,7%	18,2%	20,6%	11,2%

não sabe	0,2%	0,3%	0,0%	1,0%	0,7%	2,7%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	1,8%	2,2%	0,7%	2,2%	2,6%	1,0%

As famílias com renda de até 10 salários mínimos sofrem impacto maior quanto à inadimplência, chegando ao total de 12,7% dos entrevistados. Por outro lado, a taxa de inadimplência das famílias com renda acima de 10 salários mínimos é de 8,6%, sendo que ambas também cresceram na passagem do mês, alta de 1,3 p.p. e 0,9 p.p., respectivamente.

Por outro lado, a quantidade de famílias que informaram não ter condições de pagar suas dívidas estavam em trajetória de queda por seis meses seguidos, situação revertida em agosto, já que houve elevação de 0,5 p.p. no índice. Desta maneira, 2,2% informaram que não tinham condições de pagar as dívidas, o quinto menor resultado da série histórica da pesquisa iniciada em 2013.

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	jul/22			ago/22		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	43,0%	39,7%	50,2%	39,5%	36,8%	45,2%
de 30 a 90 dias	38,1%	38,7%	38,3%	37,6%	37,9%	38,1%
acima de 90 dias	18,5%	21,1%	11,5%	22,4%	24,6%	16,7%
Não sabe / Não respondeu	0,4%	0,4%	0,0%	0,6%	0,7%	0,0%
Tempo médio em dias	46,1	48,4	40,9	48,9	50,8	44,6

Quanto ao tempo de pagamento em atraso, a média do mês foi de 48,9 dias, alta de 2,7 dias frente ao mês anterior. Com o resultado o índice reverteu o cenário de mínima histórica que tinha alcançado no mês de junho, entretanto, o tempo médio permanece sendo o menor valor na comparação com igual meses dos anos anteriores e o quinto menor da série histórica da pesquisa.

Ainda, o valor é inferior à média dos anos anteriores (2021 – 54,9; 2020 62,96; 2019 - 66,20; 2018 - 67,30; 2017 - 66,85; 2016 - 66,59). Além disso, existe uma diferença na dinâmica entre as faixas de renda, de maneira que tempo médio de atraso ocorreu de forma menos intensa nas faixas acima de 10 SM (44,6 dias), enquanto, para as faixas de até 10 SM o tempo médio situa-se em 50,8 dias.

ANÁLISE NAS CIDADES

Ao analisar as cidades pesquisadas, nota-se divergência na trajetória de variação e na quantidade de famílias endividadas e inadimplentes. Na mesma linha do cenário estadual, houve elevação na taxa de endividamento diante do

mês anterior em três cidades pesquisadas, com destaque para as altas em Blumenau (+4,8 p.p.) e Joinville (+4,2p.p.). Por outro lado, a cidade de Florianópolis reduziu o endividamento das famílias em 2,2 p.p., saindo de 67,3% para 65,1%.

Situação das Famílias	ago/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadas	44,4%	51,5%	46,5%	65,1%
Dívidas ou contas em atraso	6,3%	15,6%	9,9%	19,7%
Não terão condições de pagar	0,7%	1,6%	2,0%	5,0%

No âmbito das famílias inadimplentes a trajetória é equivalente entre as cidades, com elevação na passagem do mês em todas as cidades onde foi realizada a pesquisa. A cidade de Joinville foi a que apresentou a maior elevação, com crescimento de 1,6 p.p., saindo de 8,3% para 9,9%. Blumenau segue sendo a cidade com a menor taxa de inadimplentes na pesquisa ao atingir 6,3%, enquanto Florianópolis apresenta o maior nível de inadimplência (19,7%).

Em relação à percepção de endividamento, o grupo de famílias muito endividadas, situação que representa um risco para a elevação da inadimplência, segue o mesmo cenário do nível estadual, com baixo percentual de famílias apontando essa situação, exceto em Florianópolis. Apesar disso, na passagem do mês, houve elevação em todas as cidades pesquisadas para o grupo muito endividadas, sendo que Chapecó obteve o maior crescimento (+4,6 p.p.), seguido de Joinville (+2,5 p.p.).

Ainda, a cidade de Florianópolis destoa das demais, ao concentrar 33,1% dos entrevistados no grupo de “pouco endividados”, condição que indicava até o mês anterior certo equilíbrio orçamentário das famílias, entretanto, com o avanço no grupo muito endividadas, o nível de risco sobre a inadimplência amplia para esta cidade.

Nível de endividamento	ago/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadas	3,8%	6,3%	4,5%	15,0%
Mais ou menos endividado	18,4%	26,6%	26,4%	17,0%
Pouco endividado	22,2%	18,6%	15,7%	33,1%
Não tem dívidas desse tipo	55,6%	48,5%	53,5%	34,9%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Em relação à alteração dos tipos de dívida, as cidades analisadas também apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Mas, em nível geral, o cartão de crédito permanece sendo o tipo de dívida mais citado pelos entrevistados em todas as cidades, resultado

equivalente ao nível Estadual. Apesar de ser a principal dívida, houve queda diante do mês anterior em todas as cidades, exceto para Florianópolis. As quedas mais intensas nesta modalidade foram apresentadas nas cidades de Blumenau (-4,5 p.p.) e Joinville (-5,1 p.p.). Já as dívidas com crédito consignado foi a única a ter redução nas quatro cidades. Já o crédito pessoal, outra modalidade usada para recomposição de renda em períodos emergenciais, reduziu em três cidades, e teve alta em Chapecó.

Tipo de dívida	ago/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito	85,2%	83,8%	83,7%	84,5%
Cheque especial	1,2%	2,0%	1,9%	6,8%
Cheque pré-datado	0,0%	0,0%	0,0%	1,0%
Crédito consignado	15,0%	11,1%	23,2%	5,0%
Crédito pessoal	7,1%	13,1%	6,9%	8,9%
Carnês	31,7%	27,2%	35,9%	37,8%
Financiamento de carro	37,1%	29,2%	40,9%	18,4%
Financiamento de casa	16,9%	25,3%	12,5%	8,1%
Outras dívidas	8,5%	4,0%	12,0%	1,6%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	1,5%

Obs.: Respostas múltiplas – soma podem ser maior que 100%

Quanto ao financiamento de carro e de casa possuem resultados distintos entre as cidades, mas predomina as trajetórias de quedas. Com elevação dos juros, dificultando o mercado para bens de alto valor, nota-se as maiores reduções nas cidades de Chapecó (-10,3 p.p.) e em Joinville (-10,1 p.p.), enquanto houve elevação em Florianópolis (+3,8 p.p.) para o financiamento de carros). Do lado do financiamento de casas, houve elevação de 9,8 p.p. na cidade de Chapecó e queda nas demais.

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas, o resultado de agosto de 2022 é similar para os municípios pesquisados, exceto para Florianópolis. As respostas preponderantes dos entrevistados são “dívidas por mais de um ano”, concentrando entre 70% e 76% dos entrevistados para as cidades de Blumenau, Chapecó e Joinville. Vale destacar que Florianópolis diverge das demais cidades ao apresentar certa distribuição das dívidas na escala do período da pesquisa. O tempo médio de comprometimento permaneceu estável nos últimos meses, ao situar-se em média de 11 meses para as cidades pesquisadas, salvo Florianópolis, onde o tempo médio de comprometimento é de 6,8 meses.

ago/22				
Tempo de comprometimento	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis

com dívida (Dentre os endividados)				
Até 3 meses	1,89%	3,05%	1,32%	31,27%
Entre 3 e 6 meses	6,60%	8,12%	2,48%	19,65%
Entre 6 meses e 1 ano	19,31%	11,10%	17,41%	14,46%
Por mais de um ano	70,09%	76,72%	76,86%	33,70%
Não sabe / Não respondeu	2,11%	1,01%	1,93%	0,92%
Tempo médio em meses	10,7	10,7	11,1	6,8

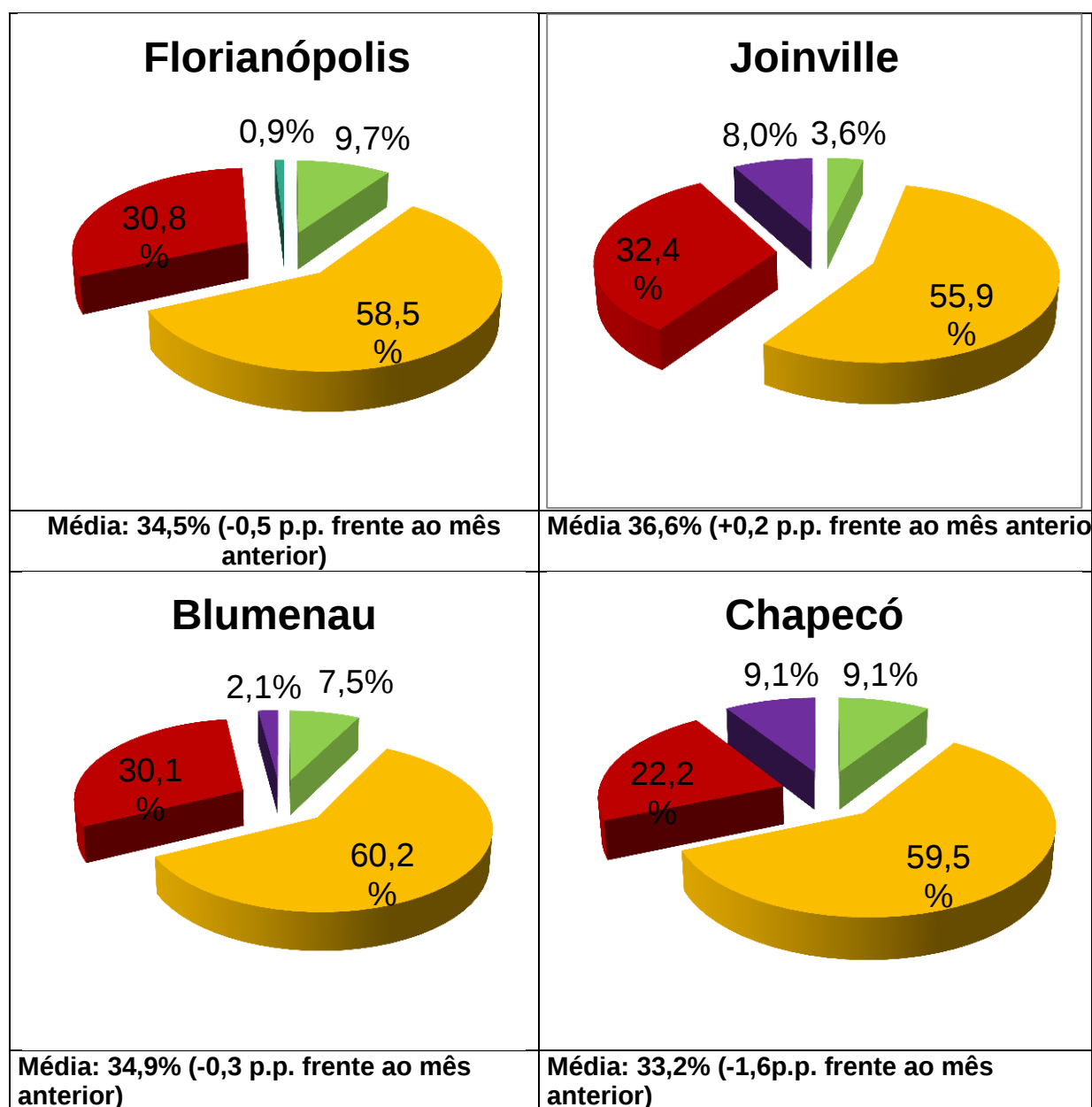
A desagregação dos dados relacionados à inadimplência, sobretudo, quanto à média de dias de atraso no pagamento das contas, demonstra movimentos semelhantes por cidade e em sintonia com o resultado Estadual. Em agosto, três cidades pesquisadas apresentaram aumento no tempo médio em dias de atraso, sendo que Blumenau elevou 6,0 dias, atingindo 44,4 dias em atraso, passando a ser a segunda cidade com maior tempo de atraso, depois de ser a de menor tempo no mês anterior. A cidade de Florianópolis, segue sendo a cidade com maior tempo médio, ao situar-se em 62,0 dias em atraso.

ago/22				
Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias	42,25%	52,10%	47,75%	21,96%
De 30 a 90 dias	46,25%	26,76%	36,04%	36,71%
Acima de 90 dias	11,50%	21,13%	16,22%	39,31%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	2,02%
Tempo médio em dias	44,4	42,9	43,4	62,0

O comprometimento da parcela de renda variou negativamente em três cidades pesquisadas, com destaque para a queda mais acentuada em Chapecó (-1,6 p.p.). A cidade de Joinville foi a que apresentou a única variação positiva da passagem do mês, alta de 0,2 p.p., assim, mantendo-se como a cidade com maior comprometimento da renda com dívida, ao atingir 36,6%. Ainda, se observa o predomínio do comprometimento na faixa de 11% a 50% da renda nas quatro cidades, sendo que o comprometimento superior a 50% é maior em Joinville (32,4%).

Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu



METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no

máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d” (erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.